SAÚDE AUDITIVA EM ESCOLARES, UM OLHAR DO PROFESSOR

Maria Eduarda da Silva Neto
Centro Universitário Redentor – Itaperuna – RJ - duda_neto.57@hotmail.com

Maria Esther de Araújo
Fonoaudióloga - Mestre em Gestão Ambiental (UNESA) - Professora do Curso de Graduação em Fonoaudiologia – Centro Universitário Redentor – Itaperuna - RJ
esthervda@gmail.com

Resumo: A audição é um dos sentidos do ser humano que o capacita a captar informações do ambiente ao qual está inserido. O desenvolvimento auditivo tem início muito cedo. O processo de Educação Infantil apresenta-se como um momento decisivo, tanto em nível social, quanto fisiológico. Por isso, o professor pode assumir grande importância para a formação integral da criança, podendo ser essa a níveis auditivos. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi identificar o nível de conhecimento dos professores que atuam na Educação Infantil, quanto aos sinais e sintomas da surdez e sobre a participação do Fonoaudiólogo como parte da equipe de saúde no âmbito escolar. Foram avaliados 21 professores atuantes na Educação Infantil no município de Natividade/RJ. Foi aplicado um questionário para investigar o conhecimento dos professores sobre fatores que envolvem a audição. Os resultados demonstraram que poucos professores tinham especialização ou formação continuada (apenas 14,28%) e que boa parte deles conhecem metodologias para avaliação da capacidade auditiva, mas não possuem segurança para desenvolver o trabalho e/ou interação positiva com outros profissionais da área da saúde. Portanto, conclui-se que o nível de conhecimento dos professores que atuam na Educação Infantil do cenário avaliado ainda é baixo no que se refere aos sinais e sintomas da surdez ou qualquer deficiência auditiva devido à falta de qualificação ou falha na comunicação entre o professor e o profissional Fonoaudiólogo.

Palavras-chave: Saúde Auditiva; Escolares; Docência; Fonoaudiologia.

1 INTRODUÇÃO

A audição é um dos sentidos do ser humano que o capacita a captar informações do ambiente ao qual está inserido. Dentro da normalidade é um dos fatores indispensáveis para o avanço da aprendizagem, da fala, da leitura e da escrita. Ou seja, percebe-se que a audição é um sentido de grande relevância no processo desenvolvimento escolar e educacional de uma criança (ETGES *et al* 2012).

O desenvolvimento auditivo tem início ainda na vida intrauterina e a audição é de grande importância para que a criança desenvolva a linguagem, assim como a fala. Deste modo, para que a criança consiga concluir esse processo de desenvolvimento de suas capacidades de comunicação e expressão do pensamento, ela terá que ser capaz de detectar, localizar, discriminar, memorizar, reconhecer e compreender os seus próprios sons, assim como os sons que a cerca (VOLKWEIS, 1999).

Todas essas fases de percepção e descobrimento são de suma importância para o desenvolvimento da criança, por isso, se houver a interrupção de qualquer uma dessas etapas, provavelmente trará prejuízos importantes ao desenvolvimento da criança (VOLKWEIS, 1999).

Isaac & Manfredi (2005, p. 235) destacam que “a audição é considerada a pedra angular sobre a qual se constrói o sistema de comunicação humana”, afirmando que o déficit auditivo na criança traz comprometimento não somente em sua comunicação, mas também em seu potencial de linguagem receptiva e expressiva, em seu processo de alfabetização, em seu desenvolvimento emocional e social.

Cabe salientar, que a perda auditiva em uma criança entende-se como qualquer tipo de comprometimento do processo auditivo que reduza a inteligibilidade da mensagem falada a um grau de desarmonia para interpretação precisa ou para aprendizagem. Já a deficiência auditiva é definida como uma diminuição da acuidade auditiva na qual há um desvio ou mudança das estruturas ou da função auditiva, situando-se fora dos limites da normalidade (ROSLYNG-JENSEN, 1997).

Ainda durante a etapa de desenvolvimento infantil ocorre a inserção da criança em ambiente social, neste caso mais precisamente no ambiente escolar. Diante disto, percebe-se que o processo de educação infantil apresenta-se como um dos primeiros passos da criança no universo escolar, assim como na sua maior interação com a sociedade (ISAAC & MANFREDI, 2005).

Diante do acima apresentado, assim como do papel significativo da etapa de educação infantil no desenvolvimento da criança e na sua interação em sociedade, faz-se de notória importância a estudo acerca do processo de formação e qualificação dos professores que atuam na educação regular (SOUZA *et al*, 2013).

Cabe salientar que, de maneira especial, no presente trabalho o enfoque será dado no processo de formação profissional e a atuação dos docentes junto a crianças com déficits auditivos na educação regular, uma vez que muitos são os desafios do processo de inclusão de criança com necessidades especiais na educação regular no Brasil (SOUZA *et al*, 2013).

Diante do apresentado, observa-se que quanto antes forem diagnosticados os déficits auditivos maior será o potencial para tratamento e para reduzir os danos causados à criança durante seu processo de desenvolvimento, inclusive seu desenvolvimento educacional (ISAAC & MANFREDI, 2005).

A compreensão do processo de formação e qualificação profissional destes professores poderá fornecer informações acerca da capacidade, de tais profissionais, de identificar sinais e sintomas de alterações auditivas no âmbito escolar, a fim de adequar “os métodos fonoaudiológicos e educacionais que deverão ser utilizados na reabilitação e ou habilitação de uma criança com deficiência auditiva” (ISAAC & MANFREDI, 2005, p. 236).

2 MATERIAL(IS) E MÉTODOS

Trata-se de uma investigação sobre o nível de conhecimento dos professores que atuam na Educação Infantil, quanto aos sinais e sintomas da surdez e sobre a participação do Fonoaudiólogo como parte da equipe de saúde no âmbito escolar. Tendo o projeto sido aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, com o termo Consentimento Livre e Esclarecido na data de 04 de Maio de 2017, pelo número 044029/2017.

A pesquisa consistiu em um estudo de campo. Foi realizado a aplicação de um questionário adaptado por Martinelli Perin *et al*, 2010, voltado para o Conhecimento do Professor sobre Audição. Esse questionário continha 09 perguntas, que avaliaram o conhecimento de 21 professores da educação infantil da rede publica de ensino de escolas do município de Natividade/RJ, no que diz respeito aos sinais e sintomas de alterações auditivas de seus alunos e a importância da sua participação como parte da equipe de saúde, no âmbito escolar.

As escolas selecionadas para desenvolvimento da pesquisa foi perante sua localização na cidade de Natividade/RJ. Estar atuando na Educação Infantil, da rede de ensino da cidade de Natividade/RJ, foi o critério de inclusão nessa pesquisa. Os critérios de exclusão dos indivíduos no estudo foram eles não estarem atuando ativamente na Educação Infantil das escolas do município de Natividade/RJ.

O questionário foi aplicado pela própria pesquisadora nas escolas avaliadas, em uma sala específica, individualmente, em diferentes horários do dia de acordo com a disponibilidade de horário dos docentes. A pesquisadora explicou o objetivo da pesquisa e procedimentos antes da aplicação de cada questionário. Para assegurar a lisura do processo, a pesquisa se iniciou somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte dos participantes.

4 RESULTADOS

A amostra estudada foi composta por 21 indivíduos (n = 21), sendo estes todos os professores atuantes da Educação Infantil do Município de Natividade/RJ. O nível de escolaridade mais possuído pelos professores avaliados foi de Nível Médio e Superior (ambos com 42,85%) e apenas 14,28% da amostra possuía alguma especialização em áreas envolvidas com a Educação Infantil. Outra característica da amostra foi em relação ao tempo de experiência e atuação como professor no segmento de ensino avaliado, observou-se que maior parte (47,61%) possuem experiência de atuação de 3 a 9 anos, outros 33,33% dos professores tinham um tempo de experiência mais extenso, sendo esse acima de 10 anos e em menor quantidade alguns desses professores possuem então pouco tempo de atuação, esta em até três anos de experiência. Essas características da amostra podem ser observadas na Tabela I.

Tabela I: Caracterização da Amostra de professores que atuam na Educação Infantil do município de Natividade (RJ), 2017.

CARACTERÍSTICAS	TOTAL (%)
Total de professores (n)	21 (100%)
Número de escolas avaliadas	5 (100%)
Escolaridade	
Nível Médio	9 (42,85%)
Nível Superior	9 (42,85%)
Nível Sup. e especialização em áreas afins	3 (14,28%)
Tempo de experiência na Ed. Infantil	
Até 3 anos	4 (19,04%)
3 anos – 9 anos	10 (47,61%)
> 10 anos	7 (33,33%)

Quantidade de professores e seu respectivo percentual.

Um dos resultados obtidos na pesquisa foi que a maioria dos professores avaliados (61,90%) não trabalhou com crianças portadoras de alguma alteração auditiva, tendo então pouca experiência com alunos com esse tipo de intercorrência.

Outro achado na pesquisa foi que a Triagem Auditiva que pode ser realizada com crianças na idade escolar é bastante conhecida por 71,42% dos professores participantes da pesquisa. Foi encontrado também que 61,90% da amostra de professores já participou de cursos ou treinamentos de atualização profissional voltado para questões interligadas à inclusão ou identificação do aluno com alteração auditiva.

Dentre a amostra de professores avaliados, constatou-se também que 80,95% não se sente apto para trabalhar com crianças portadoras de problemas auditivos, enquanto apenas 19,90% sentem-se capacitados para trabalhar neste âmbito profissional.

Foi encontrado também no estudo que o nível de conhecimento do professor a respeito das alterações auditivas é em maior parcela de característica parcialmente satisfatório, podendo chegar quase que na totalidade das respostas obtidas dos participantes, conforme o apresentado na tabela II.

Tabela II: Distribuição das principais características da amostra pertinentes a relação do profissional com alunos portadores de possíveis problemas auditivos.

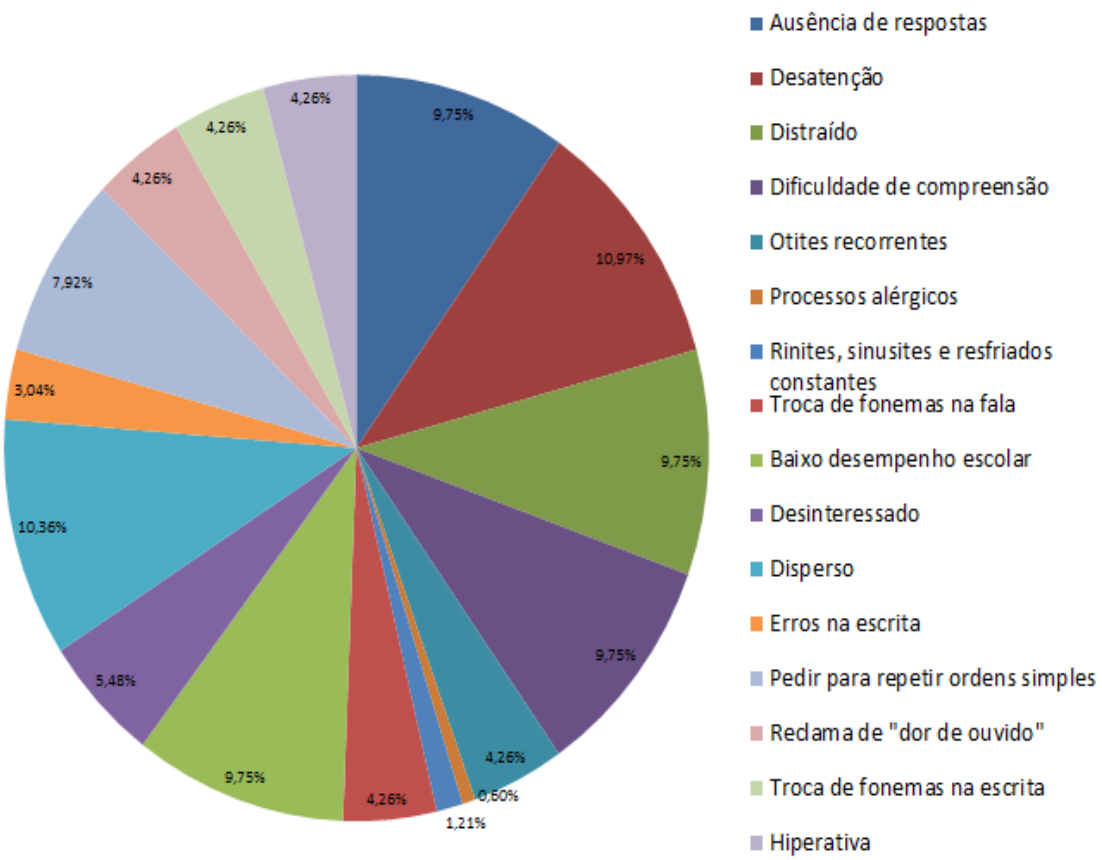
CARACTERÍSTICAS	Total (%)
Experiência de trabalho com alterações auditivas	
Sim	8 (38,09%)
Não	13 (61,90%)
Conhecimento sobre triagem auditiva	
Sim	15 (71,42%)
Não	6 (28,57%)
Cursos/atualização/treinamentos na área	
Sim	13 (61,90%)
Não	8 (38,09%)
Opinião profissional a respeito de sua aptidão para trabalho com crianças	

portadoras de problemas auditivos	
Possui aptidão	4 (19,90%)
Não possui aptidão	17 (80,95%)
Conhecimento sobre as alterações auditivas	
Satisfatório	0 (0%)
Insatisfatório	8 (38,09%)
Parcialmente Satisfatório	13 (61,90%)

Quantidade de professores e seu respectivo percentual.

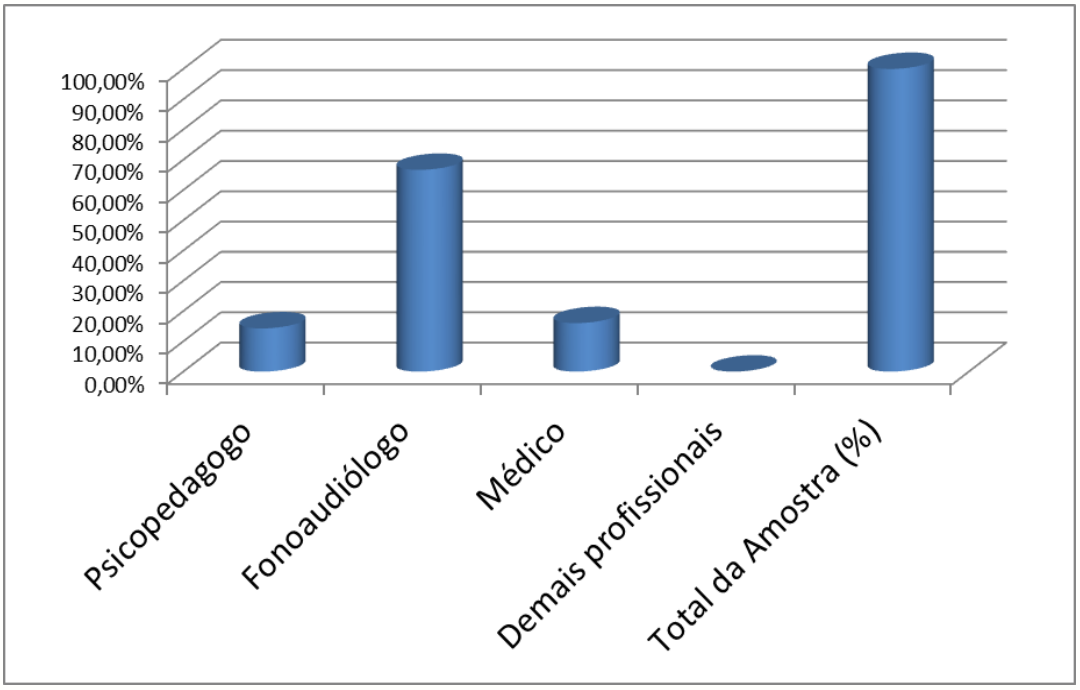
No gráfico I podemos observar a distribuição das principais características assimiladas pelos professores avaliados como alterações auditivas em uma criança. De acordo com o achado maior parte dos professores consideram que a Desatenção seja o maior problema, totalizando 10,97% de toda as respostas oferecidas. Outro grande problema encontrado como resultado do estudo foi a dispersão, que somou em torno de 10,36% das respostas. Outras características fortemente assinaladas pelos professores que tiveram maior evidência para identificação de uma alteração auditiva foram a ausência de respostas, distração, dificuldade de compreensão e baixo desempenho escolar, ambos atribuindo 9,75% de todas as opções.

Gráfico I: Distribuição das principais características assimiladas pelos professores avaliados como alterações auditivas em uma criança.



No gráfico II é demonstrada a distribuição dos possíveis profissionais que os professores avaliados encaminhariam uma criança com suspeita de deficiência auditiva. Foi constatado que o profissional Fonoaudiólogo seria mais requisitado para os encaminhamentos por conta dos professores da Educação Infantil, totalizando aproximadamente 67%. O segundo profissional que os avaliados encaminhariam seus alunos foram os Médicos (16,04%), seguido pelos Psicopedagogos com 14,28% de encaminhamentos.

Gráfico II: Distribuição dos possíveis profissionais que os professores avaliados encaminhariam uma criança com suspeita de deficiência auditiva.



5 DISCUSSÃO

De acordo com Volkweis (1999) o desenvolvimento auditivo tem início muito cedo, começando desde o momento intrauterino, por isso é de grande valia acompanhar se esse sentido esta tendo realmente o progresso necessário para a comunicação e interação da criança com o mundo. Esse pensamento é reforçado por Silva e Oliveira (2014) que defende que o entendimento das limitações que a perda auditiva pode trazer deve ser levado a sério e por esse motivo deve ser mais cedo diagnosticado e tratado para que se normatize a vida de um indivíduo e sua relação com o mundo. Porém Silva e Oliveira (2014) ainda coloca que esse diagnóstico é feito a partir de vários dados, nos quais se incluem as esferas: familiar, sociais, profissionais, podendo então a instituição

Escola assumir uma grande função para esse acompanhamento, evidenciando assim a importância do preparo do professor para observar e detectar possíveis intercorrências auditivas.

A formação dos professores de Educação Infantil é hoje ainda um problema em relação à sua bagagem e capacidade para atuar de maneira integral como agente transformador da vida de uma criança. De acordo com Kishimoto (2005) é destacado alguns pontos que norteiam o sucesso ou o insucesso da atuação desse profissional, são eles: a perspectiva de especialização e atualização, o uso contínuo da prática reflexiva do desenvolvimento profissional, a fomentação no ambiente de pesquisa por parte do professor, a inclusão da pedagogia e a conexão que o profissional estabelece entre as interfaces práticas, nas quais se incluem os problemas de cunho auditivos que podem estar presentes entre as crianças. E para os professores terem essa capacidade em específico é necessária uma formação complementar, e por isso um dos propósitos desta pesquisa foi avaliar então qual o nível de escolaridade/formação obtidos pelos professores atuantes na Educação Infantil e foi encontrado que a maioria desses não tinha nenhum tipo de especialização, podendo isso ser um motivo para o maior despreparo desses profissionais para lhe darem com problemas específicos, que se incluem então os auditivos, pelos quais a maioria desses profissionais afirmou não estarem aptos para trabalhar. Nesse sentido é que entra a funcionalidade do profissional fonoaudiólogo que podem através de cursos/especializações oferecerem um suporte maior para os professores de a Educação Infantil detectarem problemas envolvidos com a audição de seus alunos.

Tamanini e colaboradores (2015) ressaltam que as Políticas de Saúde Pública preconizam a Triagem Auditiva Escolar (TAE) para a detecção e diagnóstico de problemas que envolvem a perda auditiva o mais cedo possível, por isso é dirigida basicamente para crianças. Um dos importantes achados na presente pesquisa foi que a maioria dos professores da Educação Infantil avaliados possui conhecimento ou já

ouviram falar sobre tal triagem, porém maior parte desses profissionais não possui habilidade para trabalharem com as crianças que são portadoras de alterações auditivas. Isso nos remonta que apesar de terem ouvido sobre avaliações e conhecimentos que envolvem a capacidade auditiva é necessário um maior aprofundamento por parte desses professores para que tenham mais efetividade em sua prática profissional, necessitando de um profissional Fonoaudiólogo para auxiliar no desenvolvimento dessas destrezas.

Outra afirmação feita por Tamanini e colaboradores (2015) foi que após a Triagem Auditiva Escolar (TAE) feita no ambiente escolar é necessário um encaminhamento para o médico e profissional fonoaudiólogo corroborando assim com os resultados da presente pesquisa que encontrou uma maior parte dos possíveis encaminhamentos após a detecção de um problema por parte dos professores para os Fonoaudiólogos (66,66%) seguidos posteriormente pelos médicos (16,04%). Esse achado evidencia, mais uma vez, a relevância da comunicação entre o professor e o profissional da Fonoaudiologia evitando atrito nas informações que envolvam questões auditivas.

Foi identificado que os professores consideram como maior característica de alterações auditivas em crianças a Desatenção, com 10,97% de todas as possibilidades. Já Souza et al. (2015) defende que a maior alteração das habilidades auditivas nas crianças é dada pela apresentação da maior probabilidade da manifestação de mudanças no vocabulário, contrariando assim os resultados obtidos.

Junior e colaboradores (2016) abordam em sua obra uma das especificações dadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, que regulamenta a ação da profissional Fonoaudiólogo em âmbito escolar. Além disso, nessa obra ainda é colocado que para o sucesso do acompanhamento da etapa escolar é necessário a interação do profissional Fonoaudiólogo com os demais profissionais do âmbito escolar, na qual se inclui principalmente o professor. Reforçando ainda essa tese Junior e colaboradores (2016) defende que essa tendência de atuação é pouco comum e deve ser mais bem trabalhada para uma melhor identificação dos problemas que os escolares geralmente encontram.

Portanto, o Fonoaudiólogo pode ser considerado um importante mediador na elaboração e no desenvolvimento de ações voltadas para o cunho auditivo no contexto educacional na infância.

Diante de todas as premissas é necessário que o profissional Fonoaudiólogo tenha sua inserção arraigada no contexto escolar, principalmente na Educação Infantil, onde o mesmo possa atuar de forma decisiva e profilática no controle dos problemas auditivos que possam acontecer nessa idade. Sugere-se então a criação de novas pesquisas que analisem e debatam tudo que envolve essa esfera de conhecimento para o bom desenvolvimento das ações e atuações profissionais.

6 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o nível de conhecimento dos professores que atuam na Educação Infantil do cenário avaliado ainda é baixo no que se refere aos sinais e sintomas da surdez ou qualquer deficiência auditiva devido à falta de qualificação ou falha na comunicação entre o professor e o profissional Fonoaudiólogo. Por isso, é preciso uma maior inserção do Fonoaudiólogo tanto no âmbito escolar, quanto na contribuição para o preparo dos professores que trabalham com crianças a fim de prevenir e controlar os problemas auditivos que podem estar presentes nessa fase da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde e da Educação. Programa Saúde nas Escolas. Brasília, 2007. Disponívelem:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286 pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 Nov. 2016.

CÁRNIO, M. S. et al. Escola em tempo de inclusão: ensino comum, educação especial e ação do fonoaudiólogo. Distúrbio Comum. São Paulo, 2012. 249-256 p.

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 2ª REGIÃO. Parecer CRF 2a Região/SP no 01/2008 – “Dispõe sobe a atuação do fonoaudiólogo na Educação”. São Paulo, 2008

CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FONOAUDIOLOGIA. Contribuições do fonoaudiólogo educacional para seu município e escola: Perguntas Frequentes de Educadores e Gestores Educacionais. Brasília: Sistema de Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia, 2015. Disponível em:<www.fonoaudiologia.org.br>. Acesso em: 13 Nov. 2016.

ETGES, Camila et al. Achados na triagem imitanciométrica e de processamento auditivo em escolares. REVISTA CEFAC. Porto Alegre. Nov, 2012. 1098-1106 p.

FARIAS, I. C. V. de et al. Análise da intersetorialidade no programa saúde na escola. Revista Brasileira de Educação Médica. Pernambuco, 2014. 261-267p.

FERREIRA, M. S. Triagem auditiva nas escolas. Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <http://www.profala.com/artaudio5.htm>. Acesso em: 30 Nov. 2016.

FONSECA, N. G. A. Influência da família na aprendizagem da criança. CEFAC. São Paulo, 1999. Disponível em: <www.cefac.br>. Acesso em: 30 Nov. 2016.

FRANÇA, A. G. de; LACERDA, A. B. M. Promoção da saúde auditiva: estratégias educativas desenvolvidas por estudantes do ensino médio. Encontro Internacional de Audiologia. Maceió, 2011. Disponível em: <revistas.pucsp.br>. Acesso em: 1 Dez. 2016.

FREITAS, D. A. et al. Saberes docentes sobre processo ensino-aprendizagem e sua importância para a formação profissional em saúde. Maceió, 2016. 437-448 p. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 28 Nov. 2016.

FRIAS, E. M. A. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paranava e Universidade Estadual de Maringá - Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE. Paranavaí, 2009. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 5 Dez. 2016.

GOMES, C. Necessidades educacionais especiais: concordância de professores quanto à inclusão escolar. Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo, v. 14, n. 79, p. 23-31, 2005.

GONÇALVES, T. S.; CRENITTE, P. A. P. Concepções de professoras de ensino fundamental sobre os transtornos de aprendizagem. Revista CEFAC. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462014000300817>. Acesso em: 11 Nov. 2016.

GRANEMANN, J. L. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão. Mato Grosso do Sul, 2005. TCC (Programa de Pós Graduação- Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2005.

ISAAC, Myriam; MANFREDI, Alessandra. Diagnóstico precoce da surdez na infância. Simpósio: surdez: implicações clínicas e possibilidades terapêuticas. Ribeirão Preto. Dez, 2005. 244 p.

JUNIOR, G. S.; GUARINELLO, A. C.; SANTANA, A. P.; BERBERIAN, A. P.; MASSI, G.; BORTOLOZZI, K. B.; FARINHA, S. Visão dos graduandos do curso de Fonoaudiologia acerca da Fonoaudiologia educacional a partir de suas experiências teórico-práticas. Revista CEFAC. Curitiba, v. 18, n. 1, p. 198-208, 2016.

KISHIMOTO, T. M. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. Pro-Posições. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 181-193, 2005.

LIMA, I. L. B. et al. Contribuições da realização do diagnóstico institucional para a atuação fonoaudiológica em escolas. São Paulo, 2015. Disponível em:< www.scielo.br >. Acesso em: 29 Out. 2016.

MARANHÃO, P. C. S; PINTO, S. M. P. da C ; PEDRUZZI, C. M. FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PARCERIA NECESSÁRIA. Revista CEFAC. São Paulo, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11n1/136-07.pdf>. Acesso em: 24 Out. 2016.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDONÇA, C. L. Diagnóstico Precoce Na Deficiência Auditiva. CEFAC. Recife, 1999. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/06/diagnostico-prococe-em-surdos.pdf>. Acesso em: 27 Nov. 2016.

MENEZES, Eloilla Mirtes da Costa. O papel do professor no processo de inclusão. Brasília, 2012. 1-70 p. Disponível em: <www.pucpr.br>. Acesso em: 24 Nov. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 6 Nov. 2016.

MONTEIRO, G. S. Atenção Primária à saúde do Escolar: atuação do Terapeuta Ocupacional junto a crianças com dificuldades de aprendizagem. Belém, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br>. Acesso em: 29 Out. 2016.

NASCIMENTO, R. P. do. Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina, 2009. Disp. em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 3 Nov. 2016.

OLIVEIRA, R. T. O. de; OLIVEIRA, J. P. de. A triagem auditiva escolar enquanto instrumento de parceria entre a saúde e a educação. IX Congresso Nacional de Educação. Paraná. Out, 2009. PUC-PR.

PIROLA, S. M. F. As marcas da indisciplina na escola: caminhos e descaminhos das práticas pedagógicas. Piracicaba, 2009. TCC (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba- Faculdade de Ciências Humanas, 2009.

REDONDO, M. C. da F.; CARVALHO, J. M. Deficiência Auditiva. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância, 2000 (Caderno TV Escola).

RODRIGUES, L. O. F. Triagem auditiva em crianças nas escolas públicas e particulares. CEFAC. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:<www.cefac.br>. Acesso em: 21 Nov. 2016.

ROSLYNG-JENSEN, A.M.A. Importância do diagnóstico precoce na deficiência auditiva. IN: LOPES FILHO. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo, 1997.

SILVA, A. L. P.; OLIVEIRA, R. C. M. A assistência fonoaudiológica no processo de inclusão do portador de deficiência auditiva: uma revisão de literatura. Revista Saúde em Foco. Teresina, v. 1, n. 1, p.01-14, 2014.

SILVA, A. P. M. da; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor no processo de inclusão. Revista Eletrônica Saberes da Educação. São Roque, v. 5, 2014.

SILVA, D. R. de C. et al. Conhecimentos e práticas de professores de educação infantil sobre crianças com alterações auditivas. Rev Soc Bras Fonoaudiologia. Belo Horizonte, 2009. 197-205 p.

SILVA, Natal da; SAMPAIO, Tânia. A formação docente e a inclusão da criança com deficiência auditiva nas aulas de educação física. Brasília, 2010. 1-16 p. Disponível em: <www.abpee.net>. Acesso em: 9 Nov. 2016.

SOUZA, M. A.; PASSAGLIO, N. J. S.; SOUZA, V. C.; SCOPEL, R. R.; LEMOS, S. M. A. Ordenação temporal simples e localização sonora: associação com fatores ambientais e desenvolvimento de linguagem. Audiology – Communication Research. São Paulo, v. 20, n. 1, p.s/p, 2015.

SOUZA, Aline et al. A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso. Salvador, 2013. 12 p. Disponível em: < http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPECIAIS.pdf >. Acesso em: 3 Out. 2016.

TAMANINI, D.; RAMOS, N.; DUTRA, L. V.; BASSANESI, H. J. C. Triagem auditiva escolar: identificação de alterações auditivas em crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Revista CEFAC. Curitiba, v.5, n. 17, p. 1403-1414, 2015.

TOLEDO, Elisabete Humai de; MARTINS, João Batista. A Atuação do Professor Diante do Processo de Inclusão e as Contribuições de Vygotsky. IX Congresso Nacional de Educação. Paraná. 26. Out, 2009.1-13 p. PUC-PR. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298_1675.pdf>. Acesso em: 17 Nov. 2016.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão. IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. São Paulo, 2007.

VOLKWEIS, M. D. Avaliação Auditiva no Primeiro Ano de Vida. Revista CEFAC. Porto Alegre, 1999.